

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS RELATÓRIOS DE ENSAIO CPEA

A CPEA declara sob as penas da lei e de responsabilização administrativa, civil e penal⁽¹⁾, que todas as informações prestadas à **AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA** no relatório de **IDCPEA21270116PA** do projeto **ID CPEA 2127** referente às amostras de água superficial coletadas no dia 06 de janeiro de 2016 são verdadeiras e contemplam integralmente as exigências estabelecidas pela acreditação da Cgcre/INMETRO, o qual avaliou a competência do laboratório. E se encontram em consonância com o que determina a Resolução SMA 100 de 17 de outubro de 2013⁽²⁾.

A verificação de autenticidade dos relatórios de ensaio acima citados poderá ser feita pelo e-mail: ggq@cpeanet.com.

São Paulo, 29 de janeiro de 2016.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Patrícia Ferreira Silvério".

Patrícia Ferreira Silvério
CRQ IV: 04255123
Diretora Técnica

¹ O artigo 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) estabelece: "Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa".

² O artigo 2º, § 2º da Resolução SMA Nº 100, de 17 de outubro de 2013 estabelece: Quando não houver laboratórios que atendam às condições previstas no § 1º, no que se refere à realização de ensaios físicos, químicos e biológicos, serão aceitos resultados analíticos emitidos por laboratórios acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE para outro(s) ensaio(s), desde que seja utilizada a mesma técnica analítica do(s) ensaio(s) de interesse.

O artigo 2º, § 3º da Resolução SMA Nº 100, de 17 de outubro de 2013 estabelece: Quando não houver laboratórios que atendam às condições previstas no § 1º e § 2º, poderão, a critério dos órgãos do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA, ser aceitos resultados analíticos complementados de evidências objetivas que garantam a sua qualidade, mediante a definição, pelas áreas competentes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, dos itens de controle de qualidade analítica necessários para cada situação específica.